



CIÊNCIAS HUMANAS

Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus

Perceptions of public and private high school students about remote activities offered in times of coronavirus pandemic

Mônica Strege Médici¹, Everson Rodrigo Tatto², Marcelo Franco Leão³

RESUMO

A pandemia do coronavírus afetou diversas questões do comportamento humano, tais como: a convivência social, o bem viver com saúde, a economia, a educação, entre outros. Este estudo teve como objetivo investigar as percepções de estudantes mato-grossenses do Ensino Médio de diferentes redes de ensino sobre os desafios enfrentados no decorrer do ensino remoto que estão recebendo nesse período diferenciado. A pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória, realizada em 2020, e envolveu um total de 118 estudantes de escolas pública e privada do município de Querência/MT. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um formulário eletrônico, contendo 08 questões fechadas. Os resultados indicam que as condições de acesso e aprendizagem não são as mesmas e que o ensino remoto é diferentemente avaliado por estudantes dessas duas redes de ensino. Logo, as medidas que estão sendo implementadas no período da pandemia poderão aprofundar o quadro de exclusão e segregação de parte significativa dos estudantes, a exemplo das desigualdades de condições de estudo e desenvolvimento humano, como sempre existiu.

Palavras-chave: COVID-19; educação; ensino remoto; tecnologias.

ABSTRACT

The coronavirus pandemic affected several issues of human behavior, such as: social coexistence, good living with health, the economy, education, among others. This study aimed to investigate the perceptions of Mato Grosso high school students from different education networks about the challenges faced during the remote education they are receiving in this different period. The research is characterized as descriptive and exploratory, carried out in 2020, and involved a total of 118 students from public and private schools in the municipality of Querência/MT. As an instrument of data collection, an electronic form was used, containing

¹ Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/MT – Brasil. E-mail: stregemonica@hotmail.com

² Idem. E-mail: eversontatto@yahoo.com.br

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, Campus Confresa/MT – Brasil. E-mail: marcelofrancoleao@yahoo.com.br



08 closed questions. The results indicate that the conditions of access and learning are not the same and that remote education is evaluated differently by students from these two education networks. Therefore, the measures that are being implemented in the pandemic period may deepen the exclusion and segregation of a significant part of the students, such as the unequal conditions of study and human development, as has always existed.

Keywords: COVID-19; education; remote education; technologies.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente as pandemias produzem efeitos devastadores para a humanidade. Como exemplo disso, podemos citar a Gripe Espanhola (GE), que, de acordo com Collins (2010), assolou o planeta entre os anos 1918 a 1919, que infectou praticamente um terço da população mundial e matou entre 50 e 100 milhões de pessoas.

Atualmente, enfrentamos uma outra pandemia, em virtude de uma doença chamada de COVID-19, causada pelo Sars-CoV-2 (coronavírus), o qual é caracterizado por Palma (2020) como grande vírus de RNA. Quando ativo, esse vírus provoca infecções respiratórias, em alguns casos leves ou moderados, causa sintomas comuns, semelhantes a um resfriado, tais quais: febre, coriza, tosse e dor de garganta. No entanto, pode evoluir e causar pneumonia em idosos, pessoas com problemas cardiovasculares, ou ainda, pessoas com o sistema imunológico comprometido, o que pode levar a óbito.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio do Diretor-Geral Tedros Adhanom Ghebreyesus, em entrevista coletiva em Genebra na Suíça, no dia 09 de março de 2020, declara que a COVID-19 é uma doença infecciosa causada por esse novo vírus, que se espalha entre humanos, principalmente por meio de gotículas produzidas quando uma pessoa infectada fala, tosse ou espirra. Dois dias depois, a OMS anuncia que a COVID-19 se configura em pandemia, devido aos mais de 118 mil infectados, em 114 nações naquela ocasião, sendo que 4.291 pessoas já haviam morrido pela doença. (OMS, 2020).

Como as pandemias demoram para acabar, a sociedade precisou se reorganizar em todos os seus aspectos, inclusive em relação ao sistema educacional, que precisa adotar um novo comportamento para que consiga atender as demandas nessa nova configuração social.

Como medida de preventiva neste momento atípico, a OMS recomendou o distanciamento social. Essa medida necessária é incompatível com o cotidiano escolar, pois a convivência em uma escola implica em proximidade entre os indivíduos que nela circulam, além da organização estrutural com salas de aula lotadas, que provocam aglomerações, bem como nos refeitórios, banheiros, pátio e demais ambientes. Diante da impossibilidade de realizar aulas presenciais, o sistema educacional precisa buscar meios para atender sua demanda.



Perante todos os dramas, cenários e desenrolares dessa pandemia de 2020, todos os segmentos sociais foram afetados, sobretudo a educação, pois ocorreu uma paralisação incondicional das escolas públicas e privadas, atingindo as comunidades escolares (professores, funcionários, pais e estudantes), em todos os níveis e ensino, indiscriminadamente, interferindo nos aprendizados, sonhos e perspectivas, ou seja, um momento de total paralisia educacional. Cabe ressaltar que esta mudança gera uma interferência forte na vida familiar de todos os entes, com alterações de rotinas, convívios, afazeres e trabalho.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 18 de março de 2020, afirmou que pelo menos 85 países fecharam parcial ou totalmente as atividades presenciais nas escolas para tentar conter a propagação do novo coronavírus, impactando mais de 776,7 milhões de crianças e jovens estudantes, razão pela qual a organização optou por apoiar o ensino e aprendizado à distância e inclusivo, sendo isso discutido em um evento virtual, do qual participaram os governos de 73 países. (UNESCO, 2020).

Diante deste impasse, a sociedade vive uma verdadeira busca por soluções para que a educação seja ofertada de uma outra forma, pois é necessário buscar novos meios de ensinar, dada a orientação de isolamento social pela OMS. Uma alternativa mais recorrente, entre diversas lideranças mundiais, foi a busca por tecnologias digitais de comunicação e informação (TDIC), como amparo e meio para ocorrer educação.

Eis que os aparelhos móveis, historicamente condenados e apontados como inimigos da educação, por distrair os estudantes em sala de aula, passou de vilão a mocinho. (SEABRA, 2013). Agora tais dispositivos passam a ser vistos como aliados, uma vez que possibilitam a comunicação e o acesso a informações. A própria UNESCO reconhece a utilidade desses dispositivos como ferramenta adequada para a troca de dados por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) voltadas para educação. (UNESCO, 2012, p.11).

Também é preciso considerar que a tecnologia é um mecanismo capaz de ampliar a eficiência das atividades humanas em todos os segmentos sociais, dentre eles a educação. Por esse motivo, a alternativa mais recorrente no meio educacional neste período pandêmico, tem sido a Educação a Distância (EaD), ou ao menos a utilização de recursos das TDICs como canais de comunicação entre professores e estudantes, fazendo com que não haja ruptura nos estudos, uma vez que estes já haviam sido inicializados.

No tocante à vida escolar dos estudantes, independentemente da faixa etária, etapa de escolarização ou modalidade de ensino, as interferências são significativas, a exemplo da transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, momento em que se espera trocar de escola, ter novos colegas, novos espaços e novos aprendizagens, ou ainda, a conclusão do Ensino Médio, como o fim de um ciclo com a possibilidade de ingresso na universidade e no mercado de trabalho. São desejos e quereres que sempre estarão presentes nas vidas daqueles que passaram, passam ou passarão por essas etapas.



Frente ao exposto, o presente estudo teve como objetivo investigar as concepções de estudantes da Educação Básica, mais especificamente do Ensino Médio de escolas pública e privada do município de Querência/MT, sobre os desafios enfrentados no decorrer do ensino remoto que estão recebendo nesse período de pandemia. O intuito do texto é refletir a respeito da atual situação educacional sob a ótica dos estudantes pertencentes a realidades distintas.

2. REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O ENSINO REMOTO

A educação brasileira, considerada um direito universal dos seres humanos, ganhou novos contornos após a última Constituição Federal. O ensino passou a ser um direito estendido a toda população, pois conforme seu Art. 205: “A educação é um direito universal, sendo dever do Estado e da família garantir que todos tenham acesso.” (BRASIL, 1988).

Nara Pimentel (2017), quando dialoga sobre os aspectos conceituais, políticos e tecnológicos da EaD, aponta que:

Historicamente, a modalidade a distância teve origem no século XIX e conheceu diferentes etapas evolutivas associadas às tecnologias de transporte, comunicação e informação. Do ponto de vista da evolução tecnológica, as gerações de EaD vão desde os cursos por correspondência, passando pela transmissão radiofônica e televisiva, pela utilização do telefone e informática, até os atuais processos de meios conjugados: a telemática e a multimídia. (PIMENTEL, 2017, p.27).

Dentre tantas maneiras para ocorrer essa universalização, a Educação a Distância (EaD), conforme Almeida (2002), é uma modalidade de ensino que se dá entre estudantes e professores separados física ou temporalmente e, para isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação para o trabalho (professores) e estudo (estudantes).

O ensino a distância no Brasil também nasceu com cursos de Datilografia ofertados por instrutores particulares com empresas particulares oficialmente constituídas e com remessa de material pelos Correios, já nos anos de 1900, anunciados em Jornais do Rio de Janeiro, sendo o marco oficial as Escolas Internacionais, em 1904, com unidade de ensino, estruturada formalmente, era filial de uma organização norte-americana existente até hoje em diversos países. (ALVES, 2009, p.9).

Dessa maneira percebemos, nas concepções dos dois autores citados, um pouco da trajetória quanto ao surgimento do ensino a distância, no Brasil o que, no final do século XX ganhará uma regulamentação mais detalhada com as novas diretrizes.

Então, em 1996, temos o marco regulatório da EaD, que ocorreu com a promulgação da Lei Nº 9.394, (LDB) e o estabelecido no Art. 80: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” (BRASIL, 1996, p. 43). Este Artigo foi regulamentado por meio do Decreto Nº 2.494, de 10 de fevereiro de



1998, que trazia em seu texto uma definição da EaD controversa, conforme o exposto no seu Art. 1º:

Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1998, p.1).

Nesse sentido, observa-se que a modalidade traz o estudante como sujeito central do processo de aprendizagem, posicionando-o como autodidata ou autônomo, apenas mediado por recursos didáticos e não volta o olhar para a qualidade do ensino, destacando a EaD como uma alternativa de reforço na aprendizagem sem a presença do professor.

Por meio do Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006, institui-se a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que agregou 98 instituições públicas de Ensino Superior, com oferta de cerca de 950 cursos em EaD no Brasil, todos fortemente alicerçados ao uso das TDICs. (BRASIL, 2006). Modalidade esta, voltada para a oferta de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar cursos e programas de educação superior no País. Isso impulsiona o Ensino Superior, que passou a ser ampliado e estendido a uma parcela da população que antes não tinha acesso, principalmente aqueles que residem em regiões mais longínquas do Brasil.

O Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, apresenta a centralidade das TDICs na EaD, também indaga a figura do professor, pois evidencia a importância de sua função nesta modalidade de ensino. (BRASIL, 2005). Por outro lado, há de se observar que o uso de novas tecnologias podem auxiliar na capacitação, como formação de professores – especialmente e em nosso país, com distâncias continentais – inserir as pessoas no mundo tecnológico e digital e abrir novos caminhos para o conhecimento, mas na escola de Educação Básica, será que a EaD lograria êxito?

É fato que na EaD “o estudante pode definir o melhor horário e local para estudar, conforme seu ritmo e estilo de aprendizado, por meio de materiais didáticos que facilitem a mediação dos conhecimentos e promovam a autoaprendizagem.” (COSTA, 2017, p.61). Contudo, de acordo com Lévy (2000), todas as relações humanas podem ser reinventadas por meio das TDICs e a educação passa a ser inserida no hall dessas mudanças presentes na sociedade, em tempos que as pessoas precisam se distanciar fisicamente.

Assim, a tecnologia digital tem seu uso indicado como alternativa para suprir as lacunas deixadas diante da impossibilidade de realizar aulas presenciais, ou seja, a educação pode ser mediada pelos recursos de multimeios e o ensino remoto se constitui em uma possibilidade de ensinar e aprender. Blikstein (2020), apresenta o ensino remoto como uma alternativa para mitigar os efeitos da pandemia do coronavírus na educação, a exemplo do que tem sido feito em diversos países do mundo.



No entanto, ainda de acordo com o autor supracitado, é importante ressaltar que o ensino remoto não é sinônimo de aula online. É uma ferramenta que pode ser utilizada pelos professores, a fim de estimular a aprendizagem a distância. Por meio de atividades bem estruturadas, podem cumprir mais do que uma função puramente acadêmica. O momento requer uma reflexão acerca de inovação.

Em seu livro, Khan (2013) defende a democratização da educação onde todas as pessoas do planeta tenham acesso ao mesmo nível educacional, realidade muito distante quando comparamos a rede pública em relação à rede privada ou de uma maneira mais global o sistema de ensino dos países desenvolvidos e os subdesenvolvidos e percebe-se um vasto abismo. A tecnologia permite a universalização da educação e para isso, a sociedade precisa estar disposta a reformular o sistema de ensino, fortalecendo-o com recursos tecnológicos que devem permear os ambientes educacionais.

De forma paliativa, porém legal, o MEC, por meio da Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020, procurou normatizar regras e flexibilizar o cumprimento dos 200 dias letivos, desde que mantida a carga horária mínima anual de cada etapa, definidas na LDB, mas sem prever meios à educação básica pública (Federal, Estadual ou Municipal) e propor uma forma de “recuperar” os dias letivos “perdidos”. Diz a MP:

Art. 1º O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1º do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.

Parágrafo único. A dispensa de que trata o caput se aplicará para o ano letivo afetado pelas medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (BRASIL, 2020).

Na prática significa que para a Educação Básica, as 800 horas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio poderão ser distribuídas em um período diferente aos 200 dias letivos (a carga horária é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e certo será que, após definido o retorno às aulas, outras normativas irão determinar a sequência excepcional do ano letivo de 2020. Todavia, todas as medidas legislativas emitidas não passam de um esperar para ver o que irá ocorrer.

Doravante, o estado de Mato Grosso, por meio do Decreto Nº 407, de 16 de março de 2020, determinou a suspensão das aulas e a Secretaria Estadual de Educação passou a disponibilizar aos estudantes, a partir do dia 13 de abril, pela plataforma aprendizagem conectada, conteúdos e aulas remotas na expectativa de certa continuidade às aulas. (MATO GROSSO, 2020a). Por meio desta, os estudantes acessam aos materiais didáticos e as atividades semanais, desenvolvem-nas de forma autônoma e sem a mediação do professor.



Também pelo Decreto Nº 432, de 31 de março de 2020, o Governo do Estado prorrogou até o dia 30 de abril a suspensão das aulas, fazendo um alinhamento com os decretos federais (Medida Provisória 934, do Governo Federal) e que pode ser prorrogado por igual período, caso necessário. (MATO GROSSO, 2020b).

Cabe lembrar que todas essas medidas e decretos estabelecidos pelo estado de Mato Grosso estão sendo trabalhados em parceria com várias instituições educacionais do país, dentre eles: o Ministério da Educação (MEC), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Já a rede particular de ensino, se utiliza dos mesmos Decretos e MPs, além dos emitidos pelos respectivos municípios, mas com uma ocupação diferenciada aos estudantes, ou seja, possuem em seus programas didáticos ferramentas remotas capazes de dar continuidade parcial ou total ao ano letivo, bem diferente do setor público. (UNDIME, 2020).

Bouchard (2000) afirma que as tecnologias em uso possibilitam níveis de diálogo de acordo com suas características estruturais, as quais interferem na distância transacional e conseqüentemente nas possibilidades interativas. Sendo assim, por meio da tecnologia, é possível que haja interação entre professores/estudantes, professores/professores e com isso, a possibilidade de realizar a transmissão de informação, a construção de saberes. (ALMEIDA; PRADO, 2003).

A conectividade pode e deve ser utilizada como recurso educacional, mas requer um plano de trabalho que permita ao estudante ser ativo no processo de ensino e aprendizagem. “O que as novas tecnologias podem nos trazer são oportunidades ainda mais ampliadas, em meio também a enormes riscos e desacertos.” (DEMO, 2009, p.53).

Seguindo essa linha de pensamento, Santos (2010, p.65) ressalta que: “É certa a necessidade de uma educação tecnológica, mas não tecnologicizada, robotizada pelo engessamento de conteúdos e técnicas que só serão capazes de formar o aluno uma extensão da máquina e não o aluno gerente da máquina”. Pelos desafios das transformações do tempo presente, a Educação Básica exige as condições de tempo e espaço próprios que devem ser mediatizados pelo olhar, pelo encontro, pela relação da família com a escola, pela interdisciplinaridade, pelo conhecimento construído pela experiência.

Outro ponto relevante é o fato de que é preciso repensar uma escola física ou virtual acessível a todos, no entanto, o que se apresenta hoje no Brasil é o aprofundamento das desigualdades sociais, visto que, de um lado temos as famílias mais abastadas e seus filhos com acesso a aparelhos e conectividade que lhes permite estudar aprimorando seu conhecimento, e de outro, uma população lutando pela sobrevivência e isso não pode ser naturalizado pelo estado, pois “geram padrões de dominação cuja superação é um imperativo para a emergência de uma sociedade mais justa.” (MIGUEL, 2018, p.220).

Como destaca Freire (2006, p.25): “a democracia e a liberdade encontram-se esboçadas nesta etapa de transição como possibilidades históricas. Elas não se



efetivam sem luta”. Em outras palavras, é papel do estado assegurar as condições de igualdade no sentido de oportunizar a formação integral do sujeito em face dos entraves sociais impostos pela pandemia.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo teve o intuito de investigar as percepções dos estudantes de escolas públicas e privadas, do município de Querência, estado de Mato Grosso, na macrorregião Norte Araguaia. Na oportunidade, procuramos entender: semelhanças e disparidades, aceitações e rejeições, facilidades e dificuldades, formas como se organizaram para estudar e interesse ou motivação para aprender dentro das diferentes redes e etapas do Ensino Médio (nível escolhido para o estudo), perfazendo um total de 118 participantes (105 da escola pública⁴ e 13 da escola privada⁵).

Para caracterizar o público investigado, o primeiro aspecto levantado foi a idade e etapa de escolarização desses estudantes, ou seja, dentro da faixa etária compatível com os 03 anos do Ensino Médio para todas as escolas. Essa caracterização etária dos investigados segue apresentada no Quadro 1. Nele é possível perceber que a maioria dos investigados pertencem a faixa etária entre 15 e 17 anos, dentro do estabelecido para este nível de ensino.

Quadro 1 - Características etárias dos estudantes investigados.

Etapa Idade	1º Ano		2º Ano		3º Ano	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
14 anos	02	01	00	00	00	00
15 anos	33	05	06	00	00	00
16 anos	09	00	25	03	03	01
17 anos	02	00	05	00	18	02
18 anos ou +	00	00	00	00	02	01

Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Sobre o gênero, 48 estudantes da escola pública responderam ser do sexo masculino e 53 disseram ser do sexo feminino. Na escola particular, 02 estudantes declaram ser do sexo masculino, enquanto 11, do sexo feminino. Isso corresponde a 25,8 % dos declarantes são do sexo masculino e 69,2% dos declarantes, do sexo feminino (em média). Ou seja, possuímos uma superioridade feminina entre os estudantes do Ensino Médio das escolas pesquisadas.

A pesquisa foi realizada entre os dias 11 e 14 de maio de 2020, por meio de dois formulários eletrônicos (Google Forms)⁶, elaborados no Google e posteriormente

⁴ Todos os 105 estudantes da escola pública que acessaram o formulário on-line responderam sobre ano/idade. Porém, foram 101 estudantes que responderam quanto ao gênero, bem como as perguntas 01, 02, 03 e 05. A pergunta 04, foi respondida por 98 estudantes e as perguntas 06, 07 e 08 por 100 estudantes.

⁵ Acessaram o formulário on-line, 13 estudantes da escola particular. Apenas 01 estudante não respondeu ao questionamento 04. Os demais, responderam a todas as questões.

⁶ Link escola pública: Disponível em: <<https://forms.gle/1esAe1zNBHP7aeFk6>>.



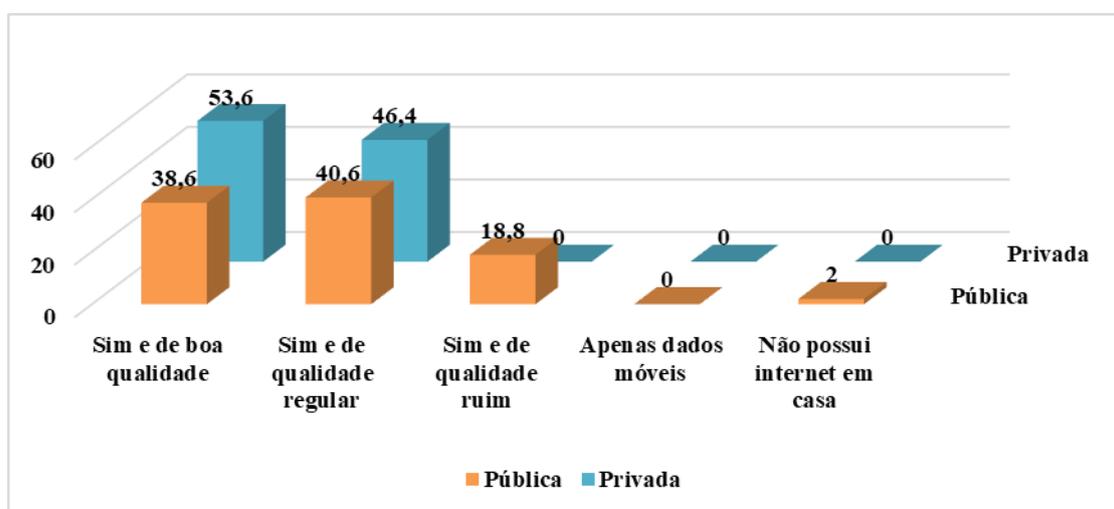
encaminhado para as seguintes unidades escolares de Querência: Escola Estadual 20 de Março e o Centro de Formação Integral de Querência (CEFIQUE). Esses instrumentos de coleta de dados continham 08 (oito) questões fechadas. Ambos os formulários possuíam os mesmos questionamentos. Foram criados os links, o que permitiu diferenciarmos as respostas de cada escola, bem como obtermos percepções mais concretas dessas diferentes realidades.

As informações foram coletadas com a devida anuência dos responsáveis e das direções das escolas e os participantes da pesquisa tiveram sua identidade preservada para garantir os princípios éticos norteadores da pesquisa. Cabe ressaltar que devido ao fato de ter sido utilizado o formulário com perguntas fechadas, subentende-se que a categorização foi preestabelecida. Os resultados coletados foram tabulados e analisados sob a luz do referencial teórico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro questionamento realizado aos estudantes foi referente à disponibilidade de Internet, ou seja, a pergunta efetuada foi se tinham acesso à internet em sua casa. O resultado frente a esse questionamento pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 - Disponibilidade de internet em casa.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Os resultados contidos na Figura 1 revelam as primeiras desigualdades sociais, pois na escola pública apenas 39 estudantes (38,6%), afirmam ter acesso a internet de boa qualidade em suas residências. Outros 41 estudantes (40,6%) disseram que possuem acesso à internet, mas que a qualidade é regular. Foram 10 estudantes (18,8%) que disseram ter acesso, mas de qualidade ruim e outros 02 estudantes da escola pública (2%) afirmam não possuir internet em casa. Isso difere da realidade dos estudantes da escola privada, pois mais da metade (53,6%) afirmou possuir internet de boa

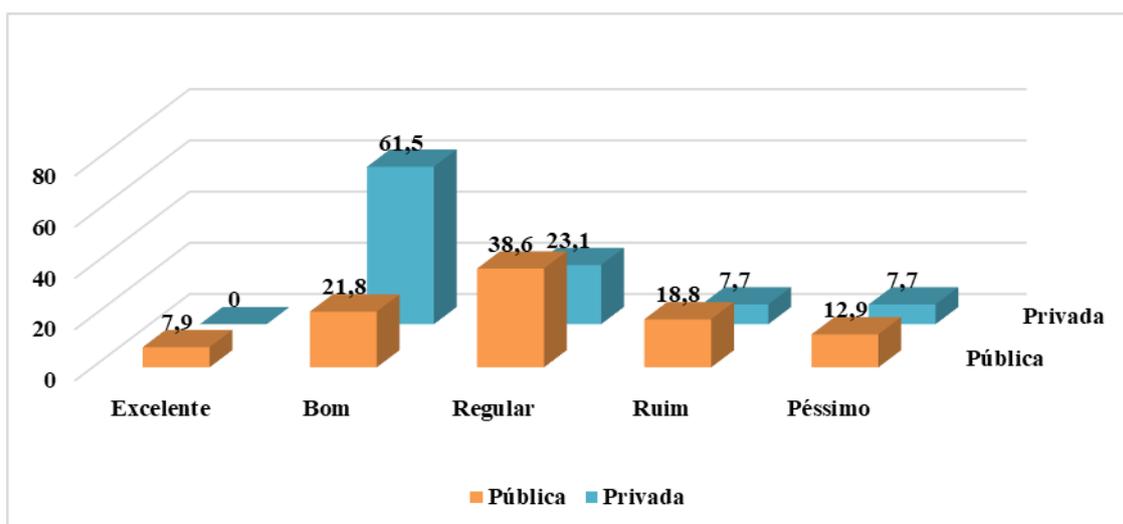


qualidade instalada em casa, e o restante (46,4%) afirmou ter acesso com qualidade regular.

Além da clara diferença existente quanto ao acesso, um fato preocupante é os mais de 20% dos estudantes da escola pública que apresentam dificuldades de acesso à internet, problema esse, que não ocorre com os estudantes da escola privada. Os dados apresentados nos fazem refletir o pensamento de Miguel (2018), sobre a necessidade de organização e resistência frente às desigualdades sociais. Não é possível avançar na luta por uma educação global e inclusiva se os dados forem encarados de forma natural, pois as desigualdades na educação reverberam a pavimentação desigualdade social.

Um segundo questionamento realizado foi sobre a qualidade do ensino a distância ou ensino remoto em tempos de pandemia. As respostas podem ser observadas na Figura 2, apresentada a seguir.

Figura 2 – Qualidade do ensino a distância ou ensino remoto, em tempos de pandemia.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Observa-se que a maioria dos estudantes da escola pública consideram a qualidade regular (39 estudantes que corresponde a 38,6%) ou ruim (19 estudantes, 18,8%). Outros 13 consideram como péssimo, enquanto que apenas 08 estudantes consideram excelente o ensino que estão recebendo. O resultado é bem diferente quando comparado com a escola privada, pois a ampla maioria dos estudantes (61,5 %) consideram boa a qualidade do ensino que estão recebendo nesse período. Ao analisar esses dados, temos evidências claras de que estamos ferindo um direito constitucional garantido, no seu Artigo 205, que garante a educação como um direito fundamental para todos. (BRASIL, 1988).

Outro aspecto observado é que, mesmo possuindo melhor acesso à internet, nenhum estudante da escola privada considerou o ensino excelente, por outro lado, foram apenas casos pontuais que consideraram a qualidade do ensino ruim ou péssima. Isso

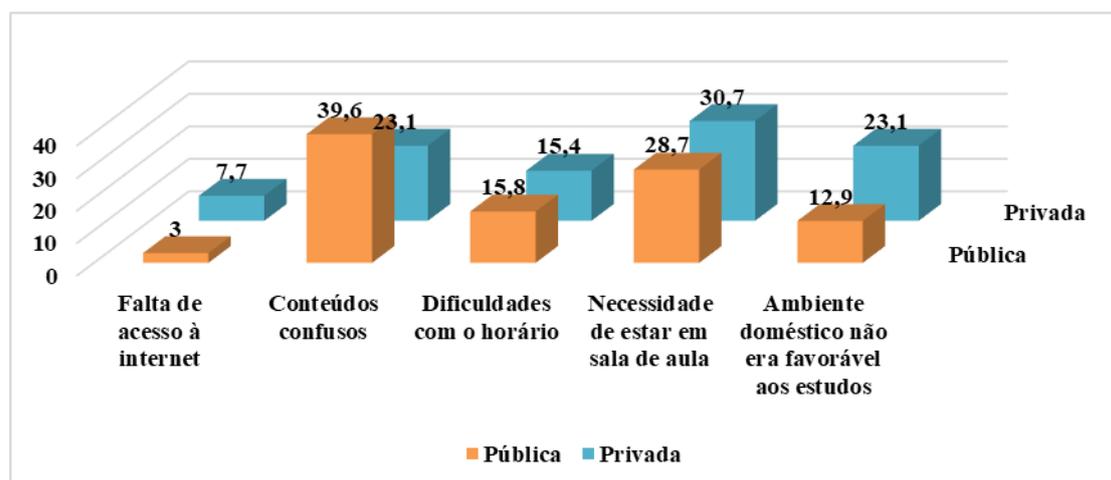


também difere das percepções dos estudantes da escola pública, visto que um número considerável expressou não estar aprovando o ensino como está ocorrendo.

Assim, destacamos a afirmação de Freire (2006, p.20): “A democracia é, como todo saber, uma conquista de todos. Toda a separação entre os que sabem e os que não sabem, do mesmo modo que a separação entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadas”. Ou seja, para a educação transformar a sociedade é preciso possibilitar igual acesso ao conhecimento, o que não ocorre com os estudantes da rede pública, isso pode cristalizar a desigualdade social nas próximas gerações.

O terceiro questionamento abordou acerca de quais as dificuldades encontradas, enquanto estudante, para aprender por meio do ensino a distância ou remoto. As respostas foram tabuladas e seguem apresentadas na Figura 3.

Figura 3 - Dificuldade dos estudantes com o ensino remoto ou a distância.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Entre os estudantes da escola pública, a maior dificuldade foi com a compreensão dos conteúdos, pois 40 deles (39,6%) consideraram confusa, seguida da necessidade de interação em sala de aula (29 estudantes que corresponde a 28,7%). Já entre os estudantes da escola privada, a maior dificuldade foi a falta de estar em sala de aula (30,7%), seguido do ambiente doméstico inadequado ou não muito apropriado para estudar (23,1%). Foi muito próximo o percentual dos que marcaram o horário como sendo uma dificuldade (entorno de 15%).

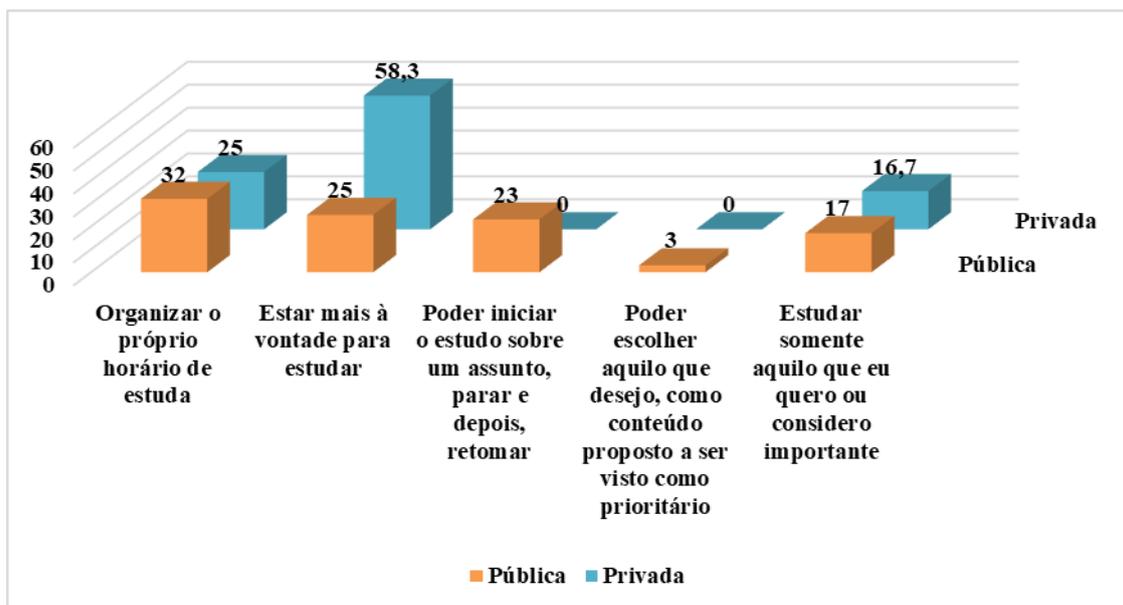
Além da incompreensão dos conteúdos, que é preocupante entre os estudantes da escola pública, chama a atenção a necessidade de estar em sala de aula para ambas as redes de ensino, o que mostra a necessidade de interação e que a aprendizagem é favorecida em meios colaborativos. Neste aspecto, Santos (2010) destaca que a escola representa o alicerce da sociedade. Por isso ela precisa preparar os estudantes para que os mesmos estejam aptos às expectativas de futuro e ao exercício da cidadania. Isso traz para o debate a necessidade de ofertar acesso a todos e



oportunizar mecanismos que minimizem distâncias e favoreçam a colaboração e a coletividade.

O quarto questionamento foi antagônico ao anterior, enfatizou sobre quais as maiores facilidades ou vantagens que o ensino a distância ou remoto proporciona ou proporcionou. As respostas podem ser visualizadas na Figura 4.

Figura 4 – Facilidades ou vantagens proporcionadas pelo ensino remoto.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Como é possível observar na Figura 4, as percepções são bastante diferentes entre os estudantes das duas redes de ensino. Entre os da escola pública, o maior percentual foi em organizar o próprio horário de estudo (32%), seguido do ambiente domiciliar, que consideram estar mais à vontade para estudar (25%). Entre os estudantes da escola privada, a principal vantagem foi poder estar mais à vontade para estudar (58,3%), ou seja, a liberdade do espaço domiciliar foi preferível. Também é considerável o percentual que optou pela liberdade de estudar aquilo que consideram importante (16,7%).

No entanto, se confrontarmos com o questionamento anterior (dificuldade dos estudantes), veremos que mesmo afirmando maior conforto para estudar em casa, cerca de 40% não consideram este ambiente favorável ao estudo.

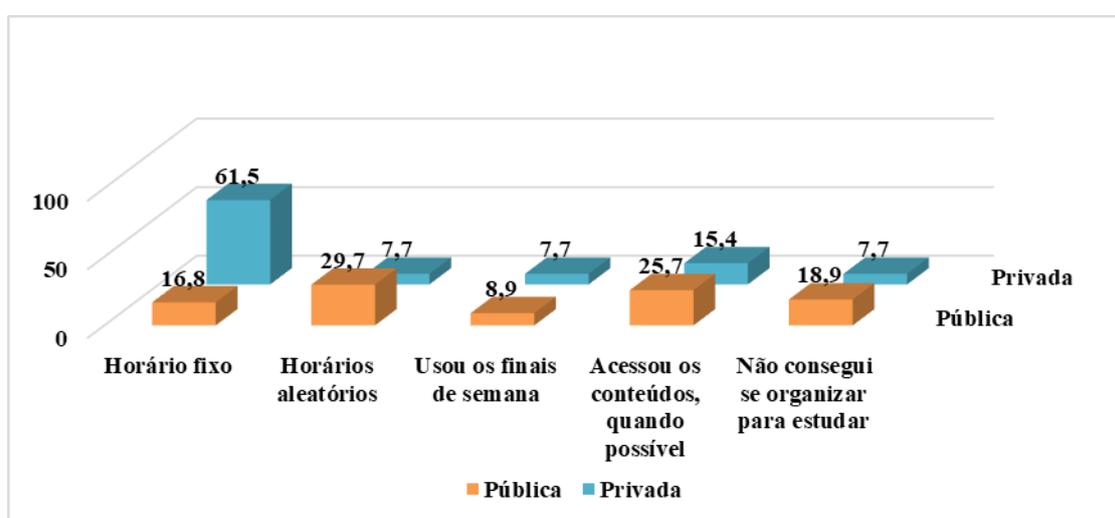
Da mesma maneira, quando o estudante se posiciona dizendo considerar favorável a oportunidade de flexibilizar o tempo e, inclusive, os conteúdos por meio do ensino remoto, é perceptível que ele tem escolhido seu itinerário formativo de acordo com as áreas que encontra maior facilidade. Fato que pode pôr em risco a sua formação global e comprometer a sua ascensão diante de processos seletivos, ingresso à universidade e em um futuro não tão distante colocá-lo em desvantagem no competitivo mercado de trabalho. Como destaca Antunes, (2000, p.36): “O capitalismo



contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva.” É íntima a relação entre conhecimento e o capitalismo. Nesse sentido a escola deve alinhar o acesso ao conhecimento neste período para que todos possam construir sua estrutura basilar.

O quinto questionamento indagou sobre como os estudantes estão se organizando para estudar a distância e/ou remoto, ou seja, aprender de maneira autodidata/autônoma, sem a presença física de um professor. As respostas foram tabuladas e seguem apresentadas na Figura 5.

Figura 5 – Organização dos estudantes para estudar a distância e/ou remoto.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Mais uma vez os dados comprovam as diferentes realidades. Entre os estudantes da escola pública, a organização se dá considerando horários aleatórios (29,7%) e acesso aos conteúdos sem uma sistematização rígida, ou seja, de acordo com suas possibilidades (25,7%). Além disso, 19 estudantes desta rede responderam que não conseguiram se organizar ainda (18,9%). Já entre os estudantes da escola privada, foi destacado pela ampla maioria (61,5%) que ter horário fixo é imprescindível para organizar os estudos. Percebe-se a tendência pela liberdade do horário no processo educativo pelas respostas dos estudantes da escola pública, o que já tinha sido observado na questão anterior. Por outro lado, a disciplina é fundamental seguindo os estudantes da outra rede, o que reforça uma característica histórica das escolas privadas.

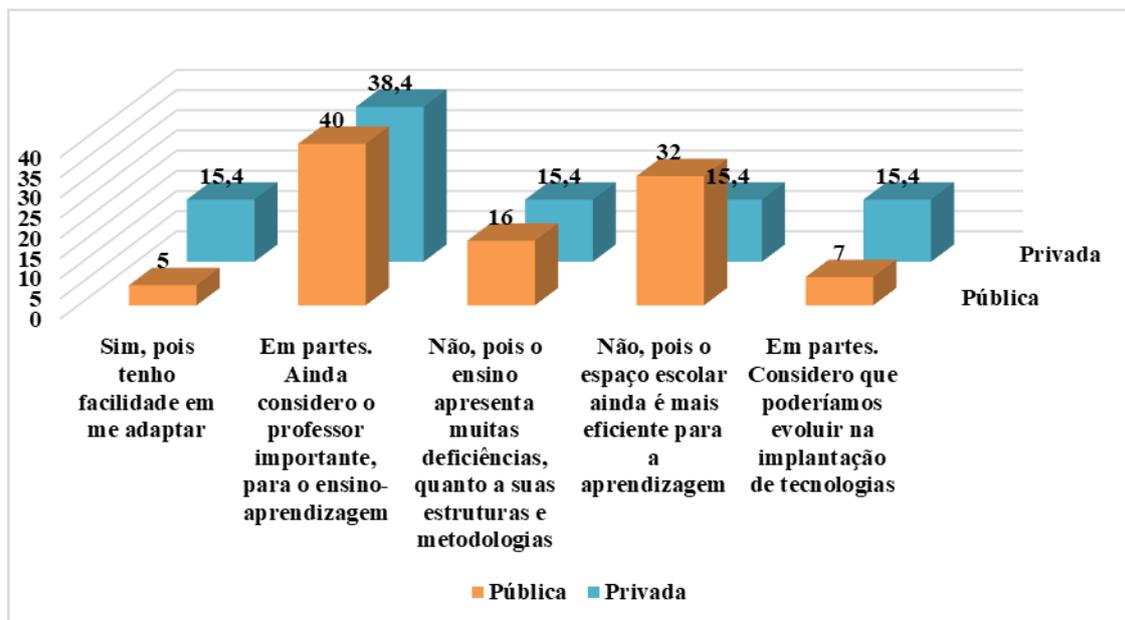
Um outro questionamento foi sobre se consideram que estão aprendendo da maneira que deveriam, ou seja, é uma avaliação do ensino remoto que estão recebendo neste momento de pandemia. A Figura 6 apresenta a opinião dos estudantes das escolas pública e privada de Querência/MT sobre essa questão.

Observa-se que, considerar o professor importante para o ensino-aprendizagem, foi a opção mais frequente entre os estudantes das duas redes de ensino, isto é, para 40% estudantes da rede pública e 38,4% dos estudantes da rede privada, a aprendizagem



não é plenamente efetivada como deveria devido à importância do professor. Isso demonstra que os estudantes possuem na figura do professor um ponto de apoio importante, ao considerá-lo como profissional e conhecedor dos saberes.

Figura 6 – Avaliação dos estudantes sobre o ensino que estão recebendo.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Estes dados estão em consonância com Almeida e Prado (2003), que destaca a importância do uso da tecnologia para a educação, desde que conecte professores e estudantes na rede, interligados, para que juntos seja possível gerenciar o itinerário formativo. O estudante busca apoio na figura do professor no intuito de sanar suas dúvidas e assim ter condições de avançar na construção do conhecimento.

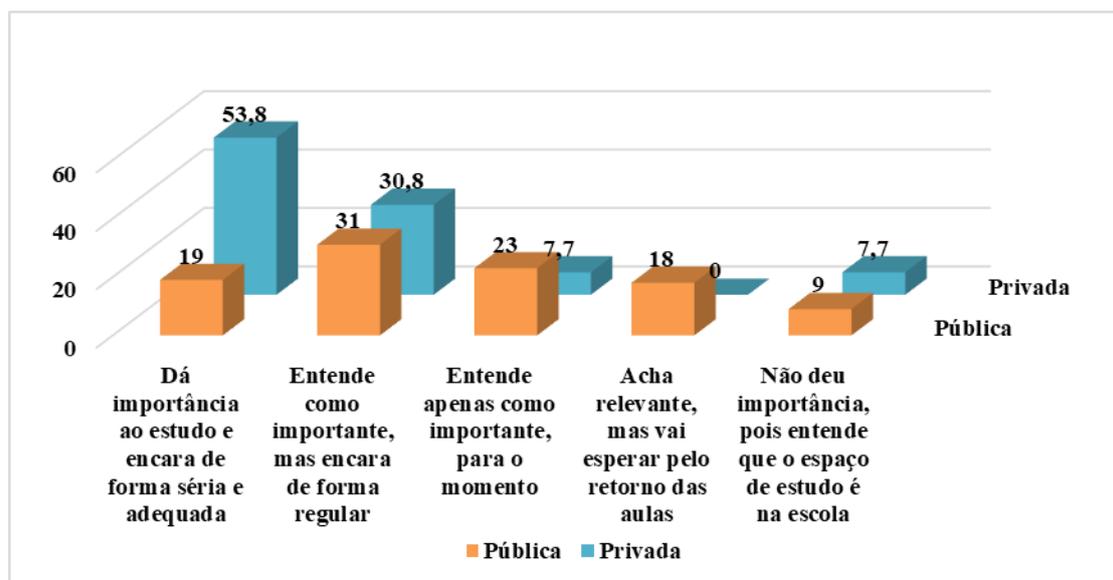
Também chama a atenção que 32% dos estudantes da escola pública e 15,4% da escola privada não aprovam a maneira de estudar oportunizada pelo ensino remoto, pois consideram que o espaço escolar ainda é mais eficiente para efetivar aprendizagens.

As escolas buscaram se organizar, conforme orientação da Undime (2020), que destaca a relevância das instituições atenderem às demandas dos estudantes, com vistas à manutenção das medidas de distanciamento social. No entanto, de acordo com as respostas obtidas, percebe-se um grau de insatisfação dos estudantes das duas redes analisadas. Logo, observa-se que o método de ensino remoto não tem aceitação em sua totalidade e são apontadas falhas pelos estudantes. Aqui, Demo (2009) corrobora e diz que ao mesmo tempo que a tecnologia pode auxiliar a educação, não se pode abrir mão do “aprender bem” ou seja, priorizar a qualidade das aulas mediatizadas pelo ensino remoto.



O penúltimo questionamento averiguou como está sendo o interesse dos estudantes pelo ensino a distância ou remoto durante a pandemia do coronavírus. As respostas foram tabuladas e seguem apresentadas na Figura 7.

Figura 7 - Interesse pelo ensino a distância ou remoto.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Entre os estudantes da escola pública, a importância do estudo nesta configuração é encarada de forma regular por 31 deles. Outros 23 estudantes consideram importante para este momento especificamente. Entre os estudantes da escola particular, a maioria deles revelaram dar importância aos estudos de maneira séria e adequada (53,8%) neste momento da pandemia. Outros 30,8 % dão importância regular ao ensino remoto.

Por conseguinte, percebe-se estar bem equilibrada a opinião pelo interesse regular ao ensino remoto neste período entre os estudantes de ambas escolas e mais predominante, entre estudantes da escola pública, a espera pelo retorno às aulas, para estudar. Isso converge com o descrito acima - a importância ao estudo - uma vez que o ensino remoto foi proporcionado tardiamente aos estudantes da escola pública, estando estes em desvantagens maiores em relação aos estudantes da escola particular.

O último questionamento foi sobre a aptidão ou capacidade para a realização das provas do ENEM, independentemente do ano ou série do Ensino Médio na qual estivessem matriculados em 2020, ou seja, o intuito foi verificar se consideram o ensino remoto eficaz e capaz de prepará-los para o ENEM. As respostas para este questionamento podem ser observadas na Figura 8.

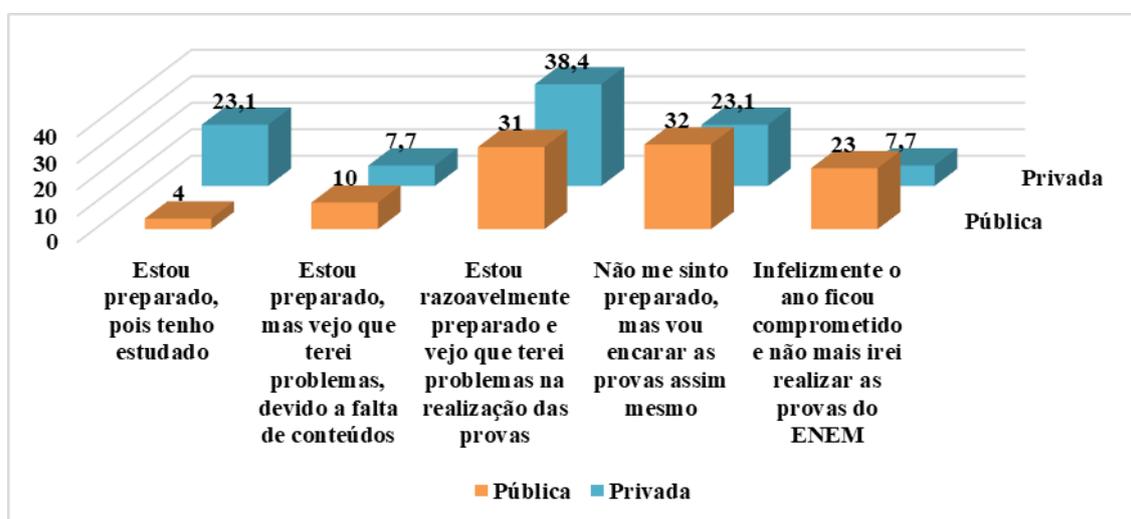
É necessário corrigirmos as falhas para que estes jovens sejam inseridos nas universidades e se tornem profissionais com qualidade. Também é oportuno lembrar que o ensino remoto foi uma alternativa que se mostrou viável diante do desafio



imposto pelo coronavírus que assola o mundo neste momento e que passou a ditar as novas regras de comportamento social.

Nesse sentido, defendemos o ensino remoto como algo transitório, durante esse período, e que tão logo se possa voltar à normalidade, retornar ao ambiente escolar, o espaço de estudo, conforme apontaram os estudantes da rede pública e também da rede particular. Com dificuldades, ou com mais recursos em infraestruturas e privilegiados por estarmos vivos, que nos reencontremos: professores, funcionários, pais/responsáveis e estudantes para assim atingirmos nossos ideais. Defender a escola é dever de toda uma sociedade que busca o desenvolvimento social e prima por melhorias reais.

Figura 8 - Capacidade ou aptidão para realizar as provas do ENEM.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Os dados mais uma vez revelam a diferença de realidade existente entre as duas redes de ensino. Observa-se que a maioria dos estudantes da escola pública sentem que o ensino remoto não está contribuindo para prepará-los para o ENEM. Foram 32% que afirmaram não se sentir preparados, porém, mesmo assim irão realizar a prova. Por outro lado, 23% afirmaram não estar preparados e por isso nem realizarão a prova neste ano, caso venha a ocorrer.

Outro aspecto que chama a atenção é o fato de os estudantes da escola particular declararem estar razoavelmente preparados (38,4%) para a realização das provas do ENEM; outros 23,1% dizem estar plenamente preparados e que continuam se preparando para isso. Estes resultados revelam que as perspectivas de futuro também são afetadas pela pandemia e pelo ensino remoto, pois é notória a disparidade de pensamento entre os estudantes das duas redes de ensino.

Os dados corroboram com Blikstein (2020), que afirma a importância do ensino remoto no sentido de mitigar os efeitos na pandemia para a educação, no entanto ressalta que o espaço escolar apresenta um conjunto de estímulos ao aprendizado.



Diante do cenário moldado/construído/composto pela COVID-19, fica evidente que a conectividade promovida pelo mundo virtual, muito comum em alguns lares e ausente em outros (que sequer têm acesso a produtos de primeira necessidade como alimento, energia elétrica e água potável) podem causar profundas disparidades, abrindo fissuras ainda maiores, das existentes em nosso meio. Crises como esta, vivenciada em virtude da pandemia, de acordo com (MIGUEL, 2018, p.220) “geram padrões de dominação cuja superação é um imperativo para a emergência de uma sociedade mais justa”.

Perseguindo esse ideário é importante refletir, no intuito de buscarmos soluções, pois a nova organização da escola, estruturada pela conectividade, não será possível para todos e, portanto, o conhecimento passa a ser um privilégio ao alcance de poucos. Novos pilares passam a sustentar a sociedade. A desigualdade torna-se maior e a escola fica designada àqueles que tem recursos, já que conseguem adquirir equipamentos digitais que passam a ser fundamentais para acessá-la.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia que o momento requer medidas de prevenção para a não disseminação do coronavírus, no sentido de conter o alastramento da pandemia, por isso, toda a sociedade foi intimada a repensar seu modo de vida e suas relações. A pandemia evidencia que estamos em meio a um processo de disputa: de um lado, temos segmentos sociais elitizados que dependem da mão de obra prestada pelas classes menos favorecidas; e de outro, um flanco enorme de uma sociedade desigual a mercê da sorte e escancarada diante de todos.

A educação apressa a passagem do paradigma dialógico presencial para o digital. Alguns dilemas trazidos por essa situação para a educação são: formação profissional para atuação nos ambientes virtuais; acesso às tecnologias pelos profissionais, estudantes e a própria família; acesso à internet de banda larga para realização das atividades de forma concreta; acompanhamento pedagógico dos estudantes pela família, quando mantidas em isolamento e afastadas da escola, o que se torna uma ação complexa, principalmente entre as classes menos favorecidas, considerando que os pais são obrigados a retomar ao trabalho para garantir a sobrevivência mínima.

Ao pesquisar as duas redes de ensino, foi possível perceber que a escola ainda é destacada como o ambiente propício à educação; que a figura do professor pode ser auxiliada pela tecnologia, mas de acordo com os estudantes, não substituída, visto que as telas não educam e apenas transmitem informações. Não se trata aqui de ser contra o uso de tecnologias no espaço escolar, e sim de inseri-las de forma consciente para que nos auxiliem na melhoria da qualidade do ensino.

É necessário ampliarmos os debates acerca destas implantações, tanto no espaço público quanto privado, garantir acesso a equipamentos compatíveis para um melhor aprendizado, cuidar para que o ensino não se torne apenas mercado de negócios fáceis e modas baratas copiadas e salvadoras diante da realidade atual. Mesmo



envolvendo apenas duas escolas, foi importante dar atenção às opiniões dos estudantes, para que também pudessem ser atores na construção do projeto-político-pedagógico, pois, ao mostrar suas realidades, deram ideias acerca de como podemos construir o espaço escolar.

Os ambientes familiares, independentemente das condições socioeconômicas, nem sempre são ideais para a aprendizagem remota, a distância, on-line. Existem inúmeras dificuldades que estes estudantes não estão aptos a encarar, ou que possam vir a se deparar, mas que detectadas podem ser solucionadas, na maioria dos casos. A qualidade desse ensino remoto, segundo a maioria dos estudantes, configura-se entre regular e péssimo. Mesmo assim, percebe-se que professores e espaços escolares são considerados como principais meios para uma boa aprendizagem.

Ao considerar os resultados obtidos, um grande alerta se acendeu. Portanto, é preciso o empenho de todos – professores, familiares, poderes públicos e dos próprios estudantes – para que os esforços se redobrem no intuito de encarar os desafios impostos por esse momento pandêmico e colaborar nas soluções com tudo aquilo que estamos passando.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B. **Incorporação da tecnologia de informação na escola:** vencendo desafios, articulando saberes, tecendo a rede. In: MORAES, M. C. (Org.). Educação a distância: fundamentos e práticas. Campinas, SP: NIED/Unicamp, 2002.
- ALMEIDA, M. E. B.; PRADO, M. E. B. Criando situações de aprendizagem. In: WORKSHOP SOBRE INFORMÁTICA NA ESCOLA, 9., CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO, 23, 2003, Recife. **Anais...** Recife: 2003.
- ALVES, J. R. M. A História da EAD no Brasil. In: LITTO, F. M; FORMIGA, M. M. M. (Org.). **Educação a distância:** o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. c.2. p.9-13.
- ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal.** In: La Ciudadania Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2000.
- BLIKSTEIN, P. *et al.* Como Estudar em Tempos de Pandemia. **Revista Época.** Disponível em: <<https://epoca.globo.com/como-estudar-em-tempos-de-pandemia-24318249>>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- BOUCHARD, P. Autonomia e distância transacional na formação a distância. In: ALAVA, S. (Org.). **Ciberespaço e formações abertas.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 mar. 2020.



BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o Art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm>. Acesso em 20 out. 2012.

BRASIL. **Decreto Nº 5.800**, de 08 junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília, DF: 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em 15 de mai. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 2.494**, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. Brasília, DF: 1998. Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Dec_Fed_EAD/2494_98.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 934**, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF: 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 22 de mai. 2020.

COLLINS, F. S. **A linguagem da vida**: o DNA e a revolução na sua saúde. Tradução de Leonardo Abramovicz. São Paulo: Editora Gente, 2010.

COSTA, A. R. A Educação a Distância no Brasil: concepções, histórico e bases legais. In: **RIOS Eletrônica - Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro**, Paulo Afonso, v.11, n.12, jul. 2017.

DEMO, P. Aprendizagens e novas tecnologias. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, Cristalina, v.1, n.1, p.53-75, ago. 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FIOCRUZ. **Coronavírus**. 17 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1438&sid=8>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

KHAN, S. **Um mundo, uma escola**: a educação reinventada. Tradução de George Schelesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.



MATO GROSSO. **Decreto Nº 407**, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-nCoV) a serem adotados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Cuiabá, MT: 2020a. Disponível em: <<http://www.controladoria.mt.gov.br/documents/364510/13675871/DECRETO+N.+407%2C+DE+16+DE+MAR%C3%87O+DE+2020%2C+MEDIDAS+CORONAV%2C%8DRUS.pdf/f0c286e9-417e-5884-aab4-f168f037742e>>. Acesso em: 22 mai. 2020.

MATO GROSSO. **Decreto Nº 432**, de 31 de março de 2020. Consolida, estabelece e fixa critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Mato Grosso. Cuiabá, MT: 2020b. Disponível em: <<https://www.anoregmt.org.br/novo/wp-content/uploads/2020/04/a5404f20-ccb1-67a1-0032-72dedad32ed7.pdf>>. Acesso em: 22 de mai. 2020.

MIGUEL, L. F. **Dominação e resistência**: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU diz que medo não pode viralizar após pandemia de novo coronavírus**. Nota técnica emitida em 12 de março de 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/tags/organizacao-mundial-da-saude>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Tedros Adhanom Ghebreyesus**. Disponível em: <<https://twitter.com/DrTedros>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

PALMA, A. **Fiocruz, Coronavírus**. 17 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1438&sid=8>>. Acesso em 20 abr. 2020.

PIMENTEL, N. A modalidade a distância no Brasil: aspectos conceituais, políticos e tecnológicos. In: PEREIRA, M. de F. R.; MORAES, R. de A.; TERUYA, T. K. (Org.). **Educação a Distância (EaD)**: reflexões críticas e práticas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. b.l. p.25-40.

SEABRA, C. **O celular na sala de aula**. Wordpress, mar. 2013. Disponível em: <<http://cseabra.wordpress.com/2013/03/03/o-celular-na-sala-de-aula/>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

UNESCO. **Children With Disabilities**. 2012. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/education/themes/strengthening-education-systems/inclusive-education/children-with-disabilities/>>. Acesso em: 9 de mai. 2020.

UNDIME, **Undime participa da 2ª reunião do Comitê de emergência do MEC sobre ações contra o coronavírus**. 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/20-03-2020-17-29-undime-participa-da-2-reuniao-do-comite-de-emergencia-do-mec-sobre-acoes-contra-o-coronavirus>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

Submetido em: **27/06/2020**

Aceito em: **24/07/2020**